

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



IMPASSE TRIBUTÁRIO

Eliton pode ser multado em R\$ 30,9 mil caso não reduza benefícios fiscais

Governo precisa seguir comandos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e reduzir benefícios para grandes empresários; decisão deve sair nesta semana



Welliton Carlos

Da editoria de Política

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) tem insistido para que o Governo de Goiás reduza os benefícios fiscais concedidos aos grandes empresários brasileiros e estrangeiros que atuam na economia goiana.

O conselheiro Sebastião Tejota, que assina relatório sobre as concessões de benefícios fiscais, sugere que seja aplicada multa de R\$ 30,9 mil ao dia para o governador José Elton e o secretário da Fazenda, Manoel Xavier, caso até 31 de dezembro o Estado não tenha adotado nova política fiscal voltada para o desenvolvimento.

O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) chegou a ensalar

uma mudança da política econômica para os grandes empresários, mas não conseguiu levar adiante sua proposta. Cabe agora a José Elton fazer o que não foi feito. Mas antes é preciso aprovar uma lei na Assembleia Legislativa, que tem como órgão auxiliar justamente o TCE.

Na última semana, outro conselheiro, o ex-deputado estadual Helder Valim, pediu vistas do relatório do TCE que obriga o Estado de Goiás a reduzir em 12,5% os benefícios concedidos aos grandes empresários.

O TCE fechou em 9,5% o patamar e aguarda posição do governo, que, por sua vez, espera o postado segmento empresarial.

Na última semana, a equipe do futuro governo conversou com Otávio Lage, presidente da Associação Pró-desenvolvimento do Estado de Goiás (Adta), entidade das empresas que recebem incentivos fiscais.

Além do TCE, especialistas também apontam a necessidade de Goiás reduzir os incentivos tendo em vista recuar agora para equilibrar as contas públicas - consideradas na letra C, a segunda pior, conforme a classificação da Secretaria de Tesouro Nacional. Com este patamar, o Estado está impedido de contrair qualquer empréstimo.

O deputado estadual Lívio Luciano (Podemos) disse ao Diário da Manhã que tem absoluta certeza quanto à disposição dos empresários em colaborar com a "delicada situação de Goiás".

O parlamentar tem auxiliado o governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) na análise das contas e ao mesmo tempo na redação de leis que possam ajudar a economizar recursos para a nova gestão.

Lívio diz que Goiás enfrenta um "estado de calamidade" e que precisa de gestor com coragem e ho-



Governador José Elton (PSDB)



Conselheiro do TCE Sebastião Tejota

mens públicos comprometidos e republicanos. "Serão cortes pontuais, para não cometermos injustiças. E tudo para não comprometer a competitividade".

O economista Luís Carlos Arantes, que assessorou o Governo de Goiás quando foi instituído o programa Fomentar, que deu origem ao Produzir, responsável pelos benefícios concedidos aos empresários, diz que a "redução é o mínimo a ser feito". Para ele, cabe ao "novo governo insistir nesta revisão, já que diante deste cenário a administração precisa agir com prioridades".

O Governo de Goiás pretende reduzir pelo menos R\$ 1 bi-

lhão em incentivos fiscais, além de economizar em outras frentes, como no refinanciamento de dívidas tributárias.

POLITIZAÇÃO

Na última semana a discussão, que deveria ser técnica tornou-se política. Alguns dos candidatos da oposição que disputaram cargos no dia 7 de outubro usaram o imbróglio para criticar tanto governo quanto futuro governo.

Mas o tema é técnico. Conforme a leitura do relatório do TCE, independente de quem vença as eleições, a obrigação estava já definida ainda em 2017, quando a correção

na alíquota para o perigo das barbearagens das contas públicas de Goiás.

O Estado acumulou dívidas bilionárias nos últimos meses. O conselheiro Sebastião Tejota reafirmou que é impensável manter os tributos como estão enquanto o Governo trilha um caminho de inadimplência com servidores públicos e não cumpre as obrigações constitucionais com educação e saúde.

Goiás tem hoje uma dívida federal de R\$ 19 bilhões, sendo que sua arrecadação anual varia de R\$ 22 a 24 bilhões. O déficit orçamentário chega a R\$ 3,5 bilhões e o Estado acumula vários outros inadimplimentos.



SAÚDE

OS diz que dívidas do Estado chegam a R\$ 50 milhões

SES alega que repasses têm sido feitos e são suficientes para o término do contrato



DA REDAÇÃO

Em nota, o Instituto Gerir, organização social que era responsável pela administração do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) desde 2012, e do Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin), fez uma denúncia dizendo que chega ao fim do contrato com dívida de mais de R\$ 50 milhões.

No texto, o instituto denuncia repasses mínimos do governo de Goiás e exige pagamento de R\$ 21 milhões, que a administração do Estado se recusa a pagar por “descumprimento de metas por parte

da OS”. Segundo a organização, os recursos que dispõem hoje só são suficientes para o pagamento de impostos que serão usados para esta finalidade, sob pena de prática de crime fiscal.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) disse, em resposta, que a Gerir tem recebido repasses, “inclusive um de R\$ 4 milhões, realizado no início desta semana, que seriam suficientes para manter a normalidade do atendimento no Hugo até que a nova OS, o Instituto Haver, assumo o hospital, na próxima terça-feira.



CONGRESSO EM FOCO

O Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou levantamento inédito por meio do qual aponta que 38 órgãos e entidades federais, todos com alto poder econômico no governo central, “possuem fragilidades nos controles” em seus contratos. Segundo o estudo, tais níveis de vulnerabilidade são “altos” e “muito altos”. As unidades governamentais têm orçamento anual de R\$ 216 bilhões, acrescenta o TCU.

O relatório será encaminhado à Presidência da República. O objetivo é que não só o atual governo tome ciência da situação, mas também que os riscos detectados em auditorias sejam comunicados à equipe do governo de transição do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

Diversas outras instituições públicas, privadas ou de economia mista (Institutos, fundações, hospitais universitários etc), como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), também foram listadas no grupo de risco.

Foram feitas auditorias em 287 órgãos do Poder Executivo, muitos deles empresas estatais do calibre de Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF), mas também órgãos como a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Isso não quer dizer que todas elas tenham apresentado graves problemas de gestão no que concerne a corrupção e demais desmandos.

“O trabalho não apontou vulnerabilidades nos controles dos contratos, mas consolidou

TCU aponta riscos de fraude e corrupção em 38 órgãos federais

tação dos controles: Gestão da Ética e Programa de Integridade; Transparência e Accountability; Governança e Auditoria Interna; Gestão de Riscos e Controles Internos; Designação de Dirigentes”, explicou ao assessoria do TCU.

O objetivo foi auferir o grau de exposição a riscos de corrupção e demais desmandos, no que foi chamado de “mapeamento da exposição a riscos”. Foram combinados os “fatores de riscos” (poder econômico e de regulação) com os “índices de robustez dos controles”.

O levantamento está detalhado em parecer, representado na ilustração abaixo, que foi apresentado pela ministra Ana Arraes e aprovado pelo plenário do TCU, por unanimidade, na quarta-feira (14) da última semana. O arquivo completo do material veiculado no site do Tribunal, com relatório individual sobre cada órgão, só estará disponível na próxima segunda-feira (26)

“As faixas delimitadoras da exposição só são válidas para o Índice de fragilidade de controles de fraude e corrupção (índice geral). Para os demais índices individuais (‘gestão da ética e integridade’, ‘auditoria interna’, entre outros), as faixas não devem ser utilizadas para a avaliação geral da exposição, mas sim como indicativo individual”, explica texto introdutório ao “mapa de risco”.

mento, o relatório descreve a situação dos órgãos da administração federal com maior poder econômico e de regulação, no descritivo “extrato dos 30% maiores”. Oito em cada dez dessas instituições públicas “ainda estão em níveis iniciais de estabelecimento de gestão de riscos e controles internos”, anota o levantamento.

Uma proporção mais elevada de órgãos em situação de vulnerabilidade mostra que quase nove de cada dez deles “declararam que não passaram do estágio inicial de implantação de controles específicos para detecção de combate à fraude e corrupção”. Ainda segundo o relatório, “102 instituições com maiores poderes econômico e de regulação, 70% declararam que não estão implementadas medidas de monitoramento da gestão da ética”.

Em um puxão de orelha nas autoridades do Executivo, o TCU critica a inexistência absoluta e generalizada de “critérios mínimos e objetivos para indicação de dirigentes” dos órgãos públicos. Além disso, a reprimenda lembra que “as estatais de maior poder econômico pouco avançaram no estabelecimento de modelo de dados abertos, de transparência e de accountability” – estrangeirismo referente à cultura de gestão baseada na ética e na responsabilidade quando da

informações sobre implemen-

Em um primeiro detalha-

prestação de contas.



Perda de diferencial é temor

INCENTIVOS FISCAIS Como Goiás está entre poucos que se adiantam na revisão de benefícios para resolver sua questão fiscal, setor produtivo teme que competitividade seja comprometida

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Goiás tem se adiantado no processo de convalidação dos incentivos fiscais, especialmente por conta da situação fiscal, e isso pode colocar a competitividade de Goiás em risco. Esse temor tem sido considerado nas discussões sobre a revisão e outros Estados estariam, inclusive, à espera da decisão goiana para definir como farão a reinstituição de seus benefícios, já que a política goiana para atração de empresas é conhecida como uma das mais agressivas.

Como em um jogo de xadrez, a movimentação para diluição de benefícios, como têm declarado o governador eleito Ronaldo Caiado (DEM), pode abrir espaço para uma nova fase de disputa por empresas. Agora, com menor distância quanto a carga tributária e sem tantos outros atrativos como Estados do Sul e Sudeste, como avalia a advogada tributarista Liz Marília Vecchi. "Estados trabalham para proteger o contribuinte. No meio disso, Goiás levanta voz e fala em diminuição", ressalta.

Porém, tanto para o futuro governo quanto para empresários que já vivem em Goiás há desejo de que a discussão seja rápida. "Quanto mais procrastinar, mais oferece insegurança para quem já está no Estado, por isso é um momento difícil", avalia. O prazo para a reinstituição dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, que foram instituídos por legislação estadual sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), vai até 31 de julho de 2019 para os Estados e o Distrito Federal.

Mas há pressões fiscais e legais para que a lei estadual com diluição de incentivos seja aprovada ainda em 2018 para poder ter efeito no primeiro ano do governo Caiado. O deputado estadual Lívio Luciano (Podemos), relator do projeto de lei da convalidação dos incentivos e aliado do governador eleito, afirma que não era um desejo que o Estado tivesse de se adiantar e cita principal da anterioridade anual e nonagistral – cobrança de tributo não pode ocorrer no mesmo exercício financeiro que tenha sido publicada a lei e antes de decorridos 90 dias.

"Lógico que a gente não queria fazer nesse momento, mas em função da determinação do TCE para revisão, que pode implicar em multa, e a situação fiscal calamitosa, quase que inédita na história, isso está nos compelindo a ter de fazer. Há pressão para fazer e fazer agora", diz. A proposta apresentada para redução de incentivos atingiria 13 segmentos e, com maior intensidade, os setores automotivo, sucroalcooleiro, lítico e de processamento de aves.

O impacto calculado seria de R\$1 bilhão por ano. Uma contra-

Em pé de guerra

Discussões sobre benefícios fiscais ficaram mais acirradas nos últimos anos e culminou em lei federal que determina prazo para o "fim da guerra fiscal"

O QUE É GUERRA FISCAL?

Ao longo dos anos, as unidades federadas foram concedendo incentivos, isenções e benefícios fiscais em áreas em desacordo com a Constituição. O objetivo era atrair empresas e indústrias para gerar empregos e crescimento econômico. A competição entre os Estados por esses incentivos, como uso dos incentivos e a chegada da guerra fiscal.

RESULTADO DA GUERRA

Alguns Estados atraíram mais empresas do que outros e no mesmo tempo houve erosão da base tributária e a grave situação fiscal dos Estados fez a discussão sobre os incentivos fiscais ganhar força.

EM BUSCA DA "PAZ"

Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017

A lei tem o objetivo de dar fim à guerra fiscal, criando regras para esses benefícios fiscais concedidos em desacordo com a Constituição, e, ao mesmo tempo, garantindo aos Estados que já contem com empreendimentos atraídos por meio dessas práticas a sua continuidade.

COMO FICA A COMPETIÇÃO ENTRE ESTADOS DA MESMA REGIÃO

Vale a "regra da cola"

- Estados e Distrito Federal podem aderir aos benefícios fiscais retribuídos, concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região
- Adesão pode reduzir o alcance ou o montante dos benefícios fiscais
- Benefícios fiscais concedidos por adesão podem vigorar, no máximo, nos mesmos prazos e nas mesmas condições do ato vigente no momento da adesão

- Da adesão não pode resultar não cobrança de estabelecimento do contribuinte de uma unidade federada para outra unidade
- Se a unidade federada que concedeu originalmente o benefício fiscal não vier a retribuí-lo o Estado ou o Distrito Federal aderente deverá reaver os atos relativos ao benefício fiscal objeto da adesão

COMO FICA A COMPETIÇÃO ENTRE ESTADOS DE REGIÕES DIFERENTES

Vale a convalidação

- Podem oferecer aquilo que será retribuído por meio de legislação estadual até 31 de julho de 2019 e o prazo de fruição termina em 14 anos

VIGÊNCIAS DOS BENEFÍCIOS FISCAIS REINSTITUÍDOS

Até 31 /dez/2032

Atividade agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano

Até 31/dez/2025

Mensuração ou incremento das atividades portuárias e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, inclusive a operação subsequente à de importação, praticada pelo contribuinte importador

Até 31/dez/2020

Destinados às operações e prestações interrelacionadas com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura

Até 31/dez/2022

Mensuração ou incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remanescente da mercadoria

Até 31/dez/2020

Destinados às operações e prestações interrelacionadas com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura

31/dez/2018

Diversas

“A determinação do TCE e a situação fiscal calamitosa, quase que inédita na história, isso está nos compelindo a ter de fazer”

Lívio Luciano (Podemos), deputado estadual

proposta será apresentada por grupo de empresários no início da semana e o diálogo buscarta equilíbrio, como dizem os envolvidos. Lívio defende que "Goiás não perden competitividade de

forma como estão fazendo, pontualmente". Ele afirma que, mesmo com a proposta, se mantiver entre aqueles com uma das maiores rendências e o ajuste procuraria fazer alterações para setores da economia que têm benefícios que ultrapassam o "limite da competitividade" e que "acumulam crédito junto ao Estado", como descreve.

COLA

Porém, inclusive na região Centro-Oeste, onde as condições de infraestrutura e localização não são tão diferentes, a competição deve aumentar. Isso porque a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, que cria as regras para o que foi concedido em desacordo com a Constituição, há a "regra da cola". Com ela, Es-

“Há risco de promover um ajuste grande, afugentar investimentos e deixar de ter a base arrecadatória”

Lucas Bevilacqua, advogado e tributarista

tados da mesma região poderão oferecer os mesmos incentivos. O Distrito Federal já sancionou a lei de convalidação e vai se valer do mecanismo. Poderá aplicar a mesma alíquota de ICMS para de-

terminado setor, repetindo o que foi promovido por Goiás. Assim, com ambiente juridicamente favorável para as concessões, a intenção do governo do DF é ampliar atração para aumentar geração de emprego e renda.

Mesmo assim, o deputado estadual argumenta que a atração de investimentos continuará em Goiás. "As regras poderão ser alteradas dependendo do Confaz e ainda poderão ser agregadas outras formas de incentivar atração de investimentos, que não somente através de incentivos fiscais e financeiros", afirma Lívio.

O governo atual defende o papel que os incentivos tiveram para o desenvolvimento do Estado, que funcionam como compensação do custo logístico, se baseiam na geração futura de riquezas pelas empresas que se instalam e é forma de compensar as vantagens que as regiões Sul e Sudeste possuem. O titular da Secretaria de Desenvolvimento, Tito do Amaral, lembra que a política já não está calcada apenas nos incentivos, há investimento em tecnologia, inovação e formação de mão de obra.

EQUILÍBRIO

"A solução para as finanças públicas de Goiás não reside exclusivamente na redução dos incentivos", analisa o advogado, doutor em Direito Tributário, Lucas Bevilacqua. Para ele, é preciso calibrar equilíbrio fiscal e competitividade. "Há risco de promover um ajuste grande, afugentar investimentos e deixar de ter a base arrecadatória. É preciso uma medida ideal. E não adianta ter atratividade por incentivo se continuar com base de arrecadação erodida", diz.

Para o especialista, é preciso revisão de gastos públicos e a discussão profunda sobre benefícios para empresas, o que, segundo ele, foi adiado até os Estados chegarem a ponto de caoticidade das finanças em que algo precisa ser feito. "O Estado postergou uma melhor reavaliação dos incentivos sob o aspecto das finanças públicas. O procedimento de convalidação veio permitir essa oportunidade."

Bevilacqua explica que o ICMS na federação brasileira é um imposto desnaturado, que deixou há algum tempo de ser imposto sobre o valor agregado. "Hoje resume a combustíveis, telecomunicações e energia elétrica, porque teve erosão da base tributária do ICMS em função desse modelo de concessão."

Em leilão de vantagens, diante de ausência de política de desenvolvimento regional, ele acrescenta que os Estados pagam por omissão do governo federal. "O instrumento em si é muito bom. O que ocorre é que precisamos fixar as contrapartidas, estimular não só emprego, mas desenvolvimento tecnológico", conclui o tributarista.



GIRO



**Marcos Nunes
Carreiro**

marcos.carreiro@opopular.com.br

Pressa

O governo eleito ainda aguarda posição do setor produtivo a respeito da proposta de redução. Intenção é que o substitutivo seja apresentado nesta semana para já começar a tramitar.

Prazo

Espera-se também para esta semana entendimento sobre orçamento impositivo, que deve sofrer ao menos duas alterações: será escalonado e terá obrigatoriamente 100% das verbas dedicadas a saúde e educação. Falta definir a alíquota mínima.

Refis

Acordo para aprovação do Refis amanhã na Assembleia foi a pedido de José Eliton (PSDB). Disse que precisa do dinheiro para pagar a Bolsa Universitária e a folha de servidores.

Redução de incentivos pode ser feita também via decreto

O substitutivo a ser apresentado ao projeto de lei que convalida os incentivos fiscais, reduzindo os benefícios concedidos a cerca de 600 empresas, deve servir também de “guarda-chuva” para modificações a serem feitas no ano que vem pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), via decretos. O projeto tramita na Assembleia Legislativa. A tese de fazer mudanças por decretos será objeto de discussão em reunião, hoje à tarde, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, entre a transição do governo eleito, advogados e técnicos das áreas fazendárias e fiscal do Estado, além do líder do atual governo na Assembleia, Francisco Oliveira (PSDB), do relator do projeto na Casa, Lívio Luciano (Podemos), e o ex-deputado Samuel Belchior (MDB). Intenção é permitir que mudanças possam ser feitas após a aprovação da lei que convalida os incentivos, dando oportunidade ao novo governo de “conduzir estudos mais aprofundados no ano que vem”, diz um caiadista. A proposta, porém, ainda passará por análise de viabilidade jurídica.



Estado gasta 60% do caixa com pessoal

Impacto do tamanho da folha de pagamento de servidores públicos já impactam negativamente os serviços oferecidos pelo governo de Goiás

RAPHAEL BEZERRA*

Os gastos com a folha de pagamento do governo de Goiás estão próximas do limite constitucional que é de 60%, é o que diz o secretário da Fazenda de Goiás, Manoel Xavier Ferreira Filho. O alto custo da folha de pagamento do funcionalismo público gera impactos negativos que já são sentidos pela população goiana, como o caso da paralisação e falta de insumos básicos do Hospital de Urgência de Goiânia e Trindade, cortes nas bolsas universitárias e atrasos no pagamento da folha. Em 2017 o estado de Goiás irá gastar 58,9% da sua receita com pessoal.

Manoel Xavier Ferreira Filho admite a situação desastrosa que o estado se encontra e justifica que elas se acentuaram porque, como este ano é o último do mandato, o governo não pode deixar restos a pagar para 2019. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê detenção de seis meses a dois anos em caso de descumprimento. "Há um paredão em dezembro. Temos de empenhar, liquidar e pagar todas as contas, o que não aconteceu nos anos anteriores. Isso provoca um ajuste no fluxo de caixa.



Secretário da Fazenda, Manoel Xavier Ferreira Filho, admitiu à imprensa nacional a situação desastrosa em que o estado de Goiás se encontra

Não dá para adiar despesa que poderia ser paga em janeiro ou fevereiro", afirmou o secretário.

O secretário da Fazenda de Goiás não confirmou o pagamento da folha de dezembro e segundo disse em entrevista a folha do mês de novembro deve começar seu cronograma de pagamento no dia 05/12 e conforme foi no mês anterior sofrer atrasos. "Não sinalizamos que não vamos pagar. A folha de outubro foi paga até dia 22, estava faltando uns 7% (dos recursos) porque tive de jogar um pouco para a saúde. A de novembro, vamos iniciar o cronograma de pagamento dia 5 (de dezembro). A de dezembro já é do novo gestor, porque a receita do Estado está prevista para dia 10 de janeiro", afirma o secretário ao Estadão.

Serviços afetados

A Organização Social Instituto Gerir que administra os hospitais de urgências de Goiânia e Trindade devem encerrar sua

“
O déficit previdenciário de Goiás hoje supera os R\$ 2,5 bilhões. Esse valor daria para cobrir duas vezes o total de investimentos de 2016 (ano em que o Estado aplicou R\$ 935,8 milhões)", diz o secretário.

atuação na gestão dos dois hospitais na madrugada de domingo para segunda exatamente à 00hr. As alegações da OS são os cons-

tantes atrasos no repasse da verba para a empresa, os atrasos ou a falta deles tem levado transtornos aos moradores das duas cidades que necessitam do hospital para atendimentos. O governo de Goiás afirma que deve R\$ 16 milhões à organização responsável pela gestão do Hugo e diz que pretende quitar o valor até o fim do ano.

Em Trindade, funcionários do HuTrin temem não receber o salário e dizem que as negociações não são claras entre o Instituto Gerir, a Secretaria de Saúde do Estado e a nova OS. Preocupados com a falta de repasses às OS, os funcionários temem ficar mais outro mês sem pagamento. A reportagem tentou entrar em contato com a Gerir e com a Secretaria de Saúde do Estado mas até o fechamento desta edição não conseguiu um posicionamento.

Os salários dos funcionários públicos do estado também foram afetados com a crise do governo em seus últimos dias de man-

dato. O salário de outubro, por exemplo, só vieram a ser quitados no último dia 22, o pagamento se deu através de cronograma divulgado pelo poder do estado. A previsão é que o salário de novembro também siga esse perfil de atraso, segundo o secretário da fazenda, o cronograma de pagamento deve sair no dia 5 de dezembro. A folha de dezembro deve ficar para a próxima gestão de Ronaldo Caiado que assume em janeiro, isto porque, segundo o secretário, a receita do Estado está prevista para dia 10 de janeiro.

Até a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás foi afetada com as tentativas de cortes para alcançar a meta fiscal do estado. No começo do mês o governo anunciou cortes nos combustíveis dos veículos internos da secretaria buscando retorno de R\$ 1 milhão na busca pelo equilíbrio. José Eliton e equipe precisam correr para alcançar o equilíbrio das contas do estado, a Lei

de Responsabilidade Fiscal prevê detenção de seis meses a dois anos em caso de descumprimento. "Há um paredão em dezembro. Temos de empenhar, liquidar e pagar todas as contas, o que não aconteceu nos anos anteriores. Isso provoca um ajuste no fluxo de caixa. Não dá para adiar despesa que poderia ser paga em janeiro ou fevereiro", afirmou o secretário.

Segundo ele, o crescimento da folha de pagamento e o número de aposentados são dois grandes responsáveis pelo déficit do orçamentário do estado. Entre 2011 e 2017, Goiás passou de 36,8mil para 53,3mil servidores inativos, um crescimento de 45%. "O déficit previdenciário de Goiás hoje supera os R\$ 2,5 bilhões. Esse valor daria para cobrir duas vezes o total de investimentos de 2016 (ano em que o Estado aplicou R\$ 935,8 milhões)", diz o secretário. (* Especial para O Hoje)